



Propostas Aprovadas na IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Caratinga MG

Eixo I: Aprimoramento do Controle Social e Fortalecimento da Participação Social

Coordenadora: Renata Patrícia

Relatora: Denise

Propostas Municipais:

1. Participação efetiva dos adolescentes nas reuniões ordinárias do Conselho Municipal, garantindo como público prioritário, vinculados as instituições/ Ongs etc. **27 votos**
2. Realização das reuniões ordinárias em horários noturnos, em dias contrário aos letivos para maior participação popular. **12 votos**
3. Implantar mecanismos acessíveis das ações reuniões e deliberações dos conselhos e conferências, utilizando linguagem inclusiva e meios digitais para ampliar o acesso da população às informações. **19 votos**

Propostas Estaduais:

1. Promover campanhas educativas sobre os direitos da criança/adolescente, estimulando a participação das famílias e na comunidade na defesa e garantia desses direitos. **25 votos**
2. Garantir a inclusão e participação de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, deficiência, povos tradicionais e comunidades periféricas nos espaços de controle social e construção de políticas públicas. **22 votos**

Proposta Federal:

1. Assegurar recursos financeiros e apoio técnico para realização periódicas de conferências, audiências públicas e demais espaços democráticos, de participação social voltados a infância e adolescência. **25 votos**
2. Incentivar a criação e o fortalecimento de fóruns, grêmios estudantis, e espaços comunitários que promovam a participação cidadã de crianças e adolescentes. **28 votos**

Eixo II – Fortalecimento dos Conselhos Tutelares

Coordenadora: Edivânia

Relatora: Léa Cristina

Propostas Municipais:

1. Inserir na Lei Orçamentária a criação de mais 01 Conselho Tutelar a partir do processo de

geoprocessamento do município e alterar a lei municipal dos direitos da criança e do adolescente.

(Municipal) **29 votos**

2. Programa Municipal Intersectorial de prevenção às situações de violações de direitos na rede educacional. **30 votos**
3. Cumprimento do decreto federal nº 9.603/18 que implementa a Escuta Especializada Municipal. **31 votos**
4. Garantir espaço físico adequado com acessibilidade, salas, mobiliário para atendimento do Conselho Tutelar. **29 votos**
5. Garantir em Lei a exigência de nível superior para escolha de Conselheiros Tutelares. **24 votos**
6. Garantir atendimento terapêutico aos Conselheiros Tutelares **31 votos**

Propostas Estaduais:

1. Criação de um programa estadual de saúde mental infanto juvenil nas escolas **38 votos**
2. Ampliação do Programa "Guardiões da Escola" a todas as escolas do Estado **23 votos**

Propostas Federais:

1. Inserir na Lei Orçamentária a criação de mais 01 Conselho Tutelar **29 votos**
2. Garantir em Lei a exigência de nível superior para escolha de Conselheiros Tutelares. **24 votos**

Eixo III – Promoção da Convivência Familiar e Comunitária

Coordenadora: Simone Avelino

Relatora: Marisa

Propostas Municipais:

1. Instituir comissão intersectorial através de decreto municipal visando o fortalecimento da rede intersectorial para a realização de fluxos de serviços, diagnósticos locais, definições de prioridades, metas e indicadores. **31 votos**
2. Atualizar o plano de municipal de convivência familiar e comunitária a luz do novo plano nacional de convivência familiar e comunitária (PNCFC) **33 votos**
3. Elaborar o plano de ação de convivência familiar e comunitária, integrando aos instrumentos do ciclo orçamentário e de planejamento de políticas públicas como: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Lei orçamentaria Anual (LOA). **32 votos**
4. Implementar ou melhorar centros comunitários, clubes de esportes e espaços culturais que incentivem a integração entre crianças, adolescentes e comunidade. **32 votos**
5. Garantir equipes multiprofissionais nos CRAS e CREAS, assegurar psicólogos, assistentes sociais e orientadores sociais suficientes, capacitados e com perfil para acompanhamento de crianças, adolescentes e suas famílias. **38 votos**

Propostas Estaduais:

1. Elaborar o plano de ação de convivência familiar e comunitária, integrando aos instrumentos do ciclo orçamentário e de planejamento de políticas públicas como: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Lei orçamentaria Anual (LOA). **32 votos**
2. Destinar recursos regular para o financiamento dos serviços de alta complexidade nos municípios. **32 votos**
3. Capacitação permanente dos profissionais da rede de proteção sobre os direitos da criança e do adolescente, convivência familiar e comunitária, escuta qualificada e especializada. **37 votos**
4. Criar programas estaduais de apoio a saúde mental de crianças, adolescentes e famílias com atendimento regionalizado e ações preventivas nas escolas. **32 votos**

Propostas Federais:

1. Ampliar o financiamento das políticas públicas voltadas a convivência familiar e comunitária, garantindo o maior repasse de recursos para assistência social, educação, saúde e geração de renda. **31 votos**
2. Destinar recursos regulares para o financiamento dos serviços de alta complexidade nos municípios. **24 votos**
3. Criar campanhas nacionais permanentes de valorização da convivência familiar e comunitária, para combater o abandono, violência e discriminação. **27 votos**
4. Ampliar políticas de apoio as famílias atípicas, suporte financeiro, terapêutico e educacional para familiar de crianças com deficiência ou transtornos do desenvolvimento. **37 votos**

Eixo IV – Prevenção e Enfrentamento às Violências

Coordenadora: Gilese Rismo

Relatora: Janice Carla Temporim

Propostas Municipais:

1. Incluir uma equipe multidisciplinar (assistente social e psicólogo) na rede de ensino municipal; **31 votos**
2. Criar fluxo de atendimento intersetorial para crianças e adolescentes vítimas de violência; **31 votos**
3. Realizar a capacitação da rede intersetorial (ainda em 2026) de atendimento de toda a criança e adolescente acerca da escuta especializada (lei 13.431/2017) e como proceder nos casos de denúncia envolvendo crianças e adolescentes. **32 votos**
4. Abordar nas reuniões de pais em escolas municipais assuntos para a prevenção e enfrentamento de violência contra crianças e adolescentes. **28 votos**
5. Descentralizar o atendimento psicológico de criança até aos 14 anos na policlínica municipal abrangendo unidades básicas de saúde. **32 votos**
6. Incluir Na composição do CMDCA a representação de crianças e adolescentes a partir de 16 anos. **33**

votos

Propostas Estaduais:

1. Criar mecanismos para restringir o acesso de crianças e adolescentes a determinados sites "intensificar a fiscalização e estabelecer medidas de responsabilização e punição para plataformas digitais e empresas de tecnologia". **33 votos**
2. Incluir Na composição do Conselho Estadual a representação de crianças e adolescentes acima de 16 anos. **21 votos**
3. Implantar um sistema com detector de metal nas escolas e profissionais de segurança. **40 votos**

Propostas Federais:

1. Criar mecanismos para restringir o acesso de crianças e adolescentes a determinados sites. **33 votos**
2. Incluir na composição do Conselho Federal a representação de crianças e adolescentes acima de 16 anos. **21 votos**
3. Co-financiamento para o aumento de unidades de proteção social básica, e de média complexidade "CRAS", "CREAS" para municípios de médio e grande porte. **35 votos**

E Eixo V – Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho

Coordenadora: Enelise Maria

Relator: Paulo Cesar Alves

Propostas Municipais:

1. Implantar um programa municipal permanente de prevenção e combate ao trabalho infantil, com ações integradas entre assistência social, educação, saúde, Conselho Tutelar e cultura. **26 votos**
2. Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para adolescentes. **32 votos**
3. Aumentar o número de conselheiros tutelares, com o objetivo a previnir o trabalho infantil. **29 votos**
4. Implementar, nas escolas municipais, programa de conscientização e educação sobre a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente no Trabalho, realizando campanhas educativas nas escolas, comunidades e zonas rurais. **25 votos**
5. Estender a faixa etária de adolescentes para inserção no Programa do Trabalho Aprendiz da Funcime. Atualmente é dos 7 anos aos 14 anos . Nova faixa etária: dos 7 anos aos 17 anos. **27 votos**

Propostas Estaduais:

1. Ampliar a oferta de cursos profissionalizantes para adolescentes. **32 votos**

Propostas Federais:

1. Ampliar os investimentos em políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil, garantindo maior financiamento para educação integral, transferência de renda, fortalecimento do SUAS e proteção às famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social. **26 votos**



Eixo VI – Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas

Coordenadora: Sandra

Relatora: Sueli Xavier

Propostas Municipais:

1. Garantir equipe técnica multidisciplinar e exclusiva (advogado, pedagogo, assistente social, psicólogo e orientador social) de acordo com a Lei da SINASE, criando os cargos não existentes no município. **32 votos**
2. Espaço físico adequado e exclusivo para atender medida socioeducativa, garantindo sigilo e segurança. **30 votos**
3. Garantir o direito dos adolescentes ao serviço público e nos equipamentos durante o cumprimento da medida sócio educativa PSC. **24 votos**
4. Melhoria da articulação do serviço de proteção social à adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto com os demais serviços do município. **28 votos**
5. Criação de protocolo rápido de atendimento com CAPS Infantil **31 votos**

Propostas Estaduais:

1. Elaboração de novos cadernos de orientação para os serviços. **27 votos**
2. Firmar parcerias com a rede privada com incentivos fiscais para o jovem aprendiz. **28 votos**

Propostas Federais:

1. Ampliação de recursos financeiros estadual e federal para efetivação e qualidade dos serviços, garantindo equipamentos tecnológico, materiais didáticos e esportivos. **21 votos**
2. Firmar parcerias com a rede privada com incentivos fiscais para o jovem aprendiz. **27 votos**

Caratinga, 20 de maio de 2026

Katyucia Murta Sampaio
Presidente CMDCA